

REENCANTAR A POLÍTICA, NOSSA MISSÃO!



Movimento Fé e Política - Arquidiocese de Mariana -2020

SUMÁRIO

Política, campo de missão e terra dos cristãos -----	4
Reencantar a Política: nossa missão -----	6
Participar da política, um dever dos cristãos -----	12
Movimento Fé e Política -----	14
Projeto Desperta Cidadão -----	16
Escola Fé e Política Dom Luciano -----	17
Eleições Municipais 2020 - Planejamento Estratégico -----	20
Eleições 2020 Orientações -----	25

13º ENCONTRO ARQUIDIOCESANO DE FÉ E POLÍTICA

Publicação: Movimento Fé e Política - Escola de Fé e Política Dom Luciano - Projeto Desperta Cidadão.

Projeto Gráfico/Diagramação: Driely Marques.

Redação: Pe. Nelito Dornelas, Pe. Marcelo Moreira Santiago, deputado federal Padre João, Silene Gonçalves, Leleco Pimentel, Geraldo Macedo e Dilson Paiva.

Revisão: Lúcia Paiva, Geraldo Macedo.

Fotos: Arquivos do Movimento e reprodução ilustrativa.

Gráfica: Central Gráfica - CNPJ 07.688.359/0001-42 - Conselheiro Lafaiete

POLÍTICA, CAMPO DE MISSÃO E TERRA DOS CRISTÃOS

“A política é a melhor forma de exercer a caridade,” afirmou o Papa Paulo VI. Já o Papa Francisco, afirma que é dever do cristão se envolver na política. Se ela está suja, é porque nós, os cristãos ainda não entramos nela pra valer. Não podemos nos envergonhar de estar na política porque ela foi contaminada. Frei Betto chama essa contaminação de “pão cuspidor”. Alguém para não dividir o pão com o irmão cospe nele. Assim fazem os políticos inescrupulosos.



Negar a política é negar a essência do ser humano. Neste sentido, dizia Aristóteles, filósofo da Grécia antiga: **“O ser humano depende da comunidade para se completar”**. Portanto, o homem é, segundo ele, um animal essencialmente político. Até mesmo a nossa fala corriqueira: ‘não gosto de política’, é um posicionamento político. Mas lembremo-nos de Platão: **“O castigo dos bons que não fazem política é ser governado pelos maus que a fazem”**.

Todas as questões do dia a dia são resolvidas pela política. Políticas de Saúde Pública, de Assistência Social, de Educação, de Segurança, de Combate à Fome e Desnutrição, de Meio Ambiente, de Moradia, de Agricultura, de Soberania Nacional, de Aposentadoria, de Trabalho, de Transporte e Estradas... e por aí vai. A água que bebemos e o ar que respiramos - se de qualidade ou não -, o preço de uma agulha ou de um botão de camisa, tudo é uma decisão política. Quem taxa os produtos com impostos não são os detentores do poder político? Costumo dizer que até depois de morto, dependemos da política para ser enterado.

Nossa fé é libertadora, tem raiz profunda na terra, para aspirar o Céu. “A fé sem obras é morta” nos alerta São Tiago (2, 14-17). Por isso, mais do que nunca é preciso estar engajados, participando da vida e dos espaços políticos. É lá que são tomadas todas as decisões. Estar na política é uma maneira de viver

a fé, buscando o Reino de Deus, Reino de justiça e paz para todos e todas. Está mais do que na hora do jovem, da mulher, dos índios, dos negros, dos trabalhadores entrarem na política. São eles que devem definir os próprios rumos. Não que outros não os possam representar, mas é importante que cada um descubra a sua vocação ou talento, quer seja participando dos conselhos municipais e outras instâncias de decisão, quer seja se candidatando a algum cargo ou mesmo exercendo a sua cidadania com o voto em lideranças comprometidas com o bem comum.

Vamos em frente, com coragem, tomar gosto pela política e não deixar que outros falem por nós e tomem decisões à revelia. Seremos donos da nossa própria história. Vamos viver nossa fé e participar da política. Jesus nos cobra compromisso e ações em favor dos mais pobres, dos fracos, dos famintos, dos doentes e injustiçados. É a política com P maiúsculo que vai na raiz dos problemas. É disso que precisamos. A política é, sem dúvida, local para o cristão viver a sua missão batismal: “ser profeta, sacerdote e rei”. O quê significa isso? Vem conosco! A sua comunidade, a sociedade e o mundo podem ser melhores com a sua participação. Há quase 18 anos eu faço da minha atividade parlamentar uma ampliação do meu sacerdócio ministerial. Um mandato a serviço do povo, mas acima de tudo, um mandato que sonha com o protagonismo leigo que se deixa reencantar pela política.

Força de Deus!

Deputado federal Padre João



REENCANTAR A POLÍTICA: NOSSA MISSÃO

O QUE É POLÍTICA?

A palavra política possui vários significados e um deles é a politicagem. O termo é usado quando falamos de política como forma de enganar as pessoas; de promessas que nunca se cumprem, do “jeitinho” de fazer com que as leis e os recursos públicos favoreçam ou beneficiem indivíduos ou grupos específicos e não à comunidade, o coletivo, o bem comum. Quando as pessoas dizem que não gostam de política elas estão rejeitando esta maneira de fazer política.

A política a ser **reencantada** é aquela que se refere ao conjunto de ações que estão direta ou indiretamente ligadas à promoção do bem comum. Essa política interessa a todos, pois queiramos ou não ela irá interferir na vida dos cidadãos, na maneira como vivemos em comunidade e em sociedade. Somos responsáveis por tudo que ajude ou prejudique o bem comum.

Já dizia Maquiavel que a política não leva ninguém ao céu, mas se não fosse a política, o mundo seria um inferno, pois tudo que temos é feito por decisões políticas. Portanto, a política sempre refere-se ao modo como lidamos com o bem comum. Política tem sempre a ver com a sociedade e com a vida das pessoas; com os salários, com o preço do pão, com as passagens de ônibus, com as prestações da casa própria; com a escola, a segurança, o lazer. Nada do que é social está fora da política.

É a política que organiza o modo como vivemos, produzimos e distribuímos os bens e os serviços. Neste sentido, as Igrejas e as religiões também estão dentro da vida política de uma nação e são sujeitos políticos ativos.

Na conceituação de Leonardo Boff, há dois jeitos de se fazer política: com “P maiúsculo” e com “p minúsculo”. A **Política social** é com P maiúsculo e a **política partidária** é com p minúsculo.

POLÍTICA SOCIAL COM P MAIÚSCULO

É tudo o que diz respeito ao bem comum da sociedade. É a participação das pessoas na vida social. A integração na associação de moradores; do movimento de moradia, do movimento sindical, no centro de defesa dos direitos humanos, nos movimentos dos atingidos pelas barragens e pela mineração, significa fazer política social. Uma política que visa o bem comum de todos ou de um grupo, cujos direitos estão sendo desrespeitados. Política social ou mesmo Polí-

tica com P maiúsculo é o lugar privilegiado de promoção do bem comum.

POLÍTICA PARTIDÁRIA COM P MINÚSCULO

Significa a luta pelo poder de Estado, para conquistar os governos municipais, estadual e federal. Os partidos políticos existem em função de se chegar ao poder de Estado, seja para mudá-lo, seja para exercê-lo assim como se encontra constituído, governar o Estado que existe. O partido é parte e parcela da sociedade, não toda a sociedade. Cada partido tem por trás interesses de grupos ou de classes que elaboram um projeto para toda a sociedade. Ao chegarem ao poder de Estado, ao governo, vão comandar as políticas públicas conforme o seu programa e sua visão partidária dos problemas da sociedade.

POLÍTICA E CIDADANIA

Muita gente pensa que política só se exerce dentro dos partidos ou no exercício do direito de votar. Assim, seríamos “políticos” em certas épocas e circunstâncias. No ano de eleições participaríamos da política e ficaríamos livres dela nos próximos anos. Mas não é bem assim que as coisas deveriam acontecer.

Nós somos políticos em tudo aquilo que fazemos ou deixamos de fazer, porque sempre, em tudo, estamos ajudando ou prejudicando a comunidade e a sociedade. Nesse sentido, política é sinônimo de exercício da cidadania, de nossa qualidade de cidadãos.

Toda vez que fazemos valer nossos direitos ou respeitamos os direitos dos outros estamos fazendo política. Até não fazer nada para modificar a situação de nossa comunidade ou da sociedade como um todo é uma atitude política. Significa que estamos contentes com as coisas do jeito que estão.

Todos que se interessam pela mudança de rumos na política brasileira deveriam se convencer de que todas as demais providências, tanto no campo da legislação eleitoral, quanto na formação dos eleitores e dos candidatos, serão em vão se não houver um grande empenho na educação para a cidadania. Só quem for educado para ser cidadão na vida de cada dia poderá contribuir para uma renovação na vida política.

Essa educação para a cidadania se faz no decorrer de toda a vida e em todas as instâncias educacionais: família, escola, Igreja e sociedade. No esque-

cimento disso está a raiz do fracasso de tudo que se tem feito para melhorar a vida política em nosso país.

JESUS E A POLÍTICA

Para muita gente fé e religião são coisas apenas de foro íntimo, que nada tem a ver com a vida social. Outros as reduzem a determinados atos, geralmente identificados com o culto religioso, sem nenhuma relação com outras atividades da vida.

Há quem justifique a separação entre fé e política a partir da expressão de Jesus: “*Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus!*” (Mc 12,17). Pensar que Jesus quis desvincular sua prática e sua missão de qualquer engajamento político no sentido amplo da palavra é uma interpretação equivocada.

Para início de conversa, temos que exorcizar este texto do Evangelho. No tempo de Jesus, o que pertencia a César, na Palestina, era seu exército, seus interventores e sua moeda, na qual se podia ler: *Tibério imperador, filho venerável do venerável Deus*. A presença da moeda estrangeira garantia o pagamento dos tributos em dinheiro.

Segundo a teologia de Israel, “a Terra pertence a Deus e, por extensão, todas as criaturas que nela vivem” (Lv 25,23; Sl 24,1). As terras da Palestina não são de César e o povo de Israel também pertence a Deus (Ex 3,7.10; Jr 31,33; 32,38). É sua herança. O império romano não tinha legitimidade para dominar a terra de outros povos, muito menos para oprimir as pessoas.

Quando Jesus diz aos fariseus e herodianos: “*Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*”, quer desmascarar os seus interlocutores por aceitarem a presença da moeda imperialista em seu território e serem coniventes ou omissos em relação à apropriação da terra e do povo de Israel, que era o que César estava fazendo naquele momento. Por outro lado, deixa claro que seu projeto é anti-imperialista e quer que a opressão dos césares, por meio da presença de seu exército, de seus procuradores e de sua moeda volte para casa e deixe livres o povo e a terra.

Outro texto muito lembrado para dizer que Jesus não se envolvia com política, com o bem estar de seu povo, é João 18,36: “*Meu Reino não é deste mundo*”. Uma tradução mais apropriada seria: “*Meu Reino não procede deste mundo*”.

No Evangelho de João, quando Jesus fala “*deste mundo*”, “*no mundo*”, “*pelo mundo*” ou “*do mundo*”, ele se refere especialmente à estrutura de opressão do mundo de então, sob os romanos. Confirma, por exemplo, João 15,18-19; 17,14-18. Portanto, ao dizer a Pilatos, o interventor romano na Judéia, “*meu Reino não procede deste mundo*”, Jesus quer lembrar-lhe que o Reino de Deus, que já começa nesta terra (Lc 11,20; 17,21), não é como o império opressor ou o reino de Herodes, mas é de promoção da vida dos mais pobres, dos doentes, dos promotores da paz, dos lutadores pela justiça (Mt 5,1-12).

Pode-se afirmar que Jesus tinha sim um projeto político muito claro: o fim da dominação dos impérios de ontem e de hoje e a instauração, inclusive, já nesta terra, de estruturas econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas que garantem vida plena para todas as pessoas (Jo 10,10).

A DIMENSÃO POLÍTICA DA FÉ

A fé não é um “ato” ao lado de outros. Mas é uma “atitude”, que engloba todos os atos, toda a pessoa, o sentimento, a inteligência, a vontade e as opções de vida. É uma experiência originária de um encontro com o Deus vivo. Este encontro muda a vida e a forma de ver todas as coisas. Pela atitude de fé vemos que tudo está ligado e religado a Deus, como Aquele Pai/Mãe que tudo criou, tudo acompanha e tudo atrai para que tudo possa viver em comunhão feliz uns com os outros, com toda a criação e com Ele já aqui neste mundo e plenamente na eternidade.

Neste sentido, a fé engloba também a política com P maiúsculo (**política social**) e com p minúsculo (**política partidária**). Sempre se pode perguntar: em que medida a política, seja social, seja partidária, é instrumento para a realização dos bens do Reino como a justiça, a solidariedade e a tolerância? Em que medida a política cria as condições para as pessoas se abrirem à cooperação umas com as outras e não se entredevorarem pela competição e à comunhão com Deus?

A fé não fica apenas como experiência pessoal de encontro com Deus. Ela se traduz concretamente na vida. Ela é como uma bicicleta: possui duas rodas, mediante as quais se torna a fé concreta. A roda da religião e a roda da política. A *roda da religião* concretiza-se pela contemplação, pela oração, pelas celebrações, pela leitura popular e orante da Bíblia, pelas romarias, pelos sacra-

mentos, pelo culto. Há quem reduza a religião somente a essa roda. Ela possui uma segunda roda, a *roda da política* que é o seu lado mais prático, mais atuante na comunidade e na sociedade.

A fé se expressa pela prática da justiça, da solidariedade, da denúncia das opressões, pelo protesto e pela prática da libertação. Política é sinônimo de ética. Temos que aprender a nos equilibrar em cima das duas rodas para poder andar corretamente.

A Bíblia considera a roda da política/ética, como mais importante que a roda da religião institucional, o culto (Mt 7,21-22; 9,13; 12,7; 21,28-31; 61 5,6; Tg 2,14). Sem a ética a fé fica vazia e inoperante. São as práticas e não as prédicas que contam para Deus. Não adianta dizer: “*Senhor, Senhor!*” e ficar na celebração. Mais importante é fazer a vontade do Pai, que é amor, misericórdia, justiça e perdão, coisas todas práticas, portanto, éticas (cf. Mt 7,21).

A dimensão política da fé mostra as suas perspectivas éticas. Por ética entendemos a dimensão de responsabilidade, a vontade de construir relações de participação e não de exclusão, tanto na vida cotidiana e familiar quanto na escola, nos movimentos sociais, nas comunidades cristãs, na sociedade e no poder público. As condições de vida e a exclusão de grandes majorias são de natureza social e política, portanto, ética. Então a fé deve mostrar sua força de mobilização e de transformação neste campo social e político (Pb 28 e 90).

PAPA FRANCISCO E O COMPROMISSO CRISTÃO COM A POLITICA

Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, o Papa Francisco nos convida à responsabilidade com a política. *Enquanto os lucros de poucos crescem exponencialmente, os da maioria situam-se cada vez mais longe do bem-estar daquela minoria feliz. Tal desequilíbrio provém de ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados e a especulação financeira. Por isso, negam o direito de controle dos Estados, encarregados de velar pela tutela do bem comum. Instaure-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe, de forma unilateral e implacável, as suas leis e as suas regras. Além disso, a dívida e os respectivos juros afastam os países das possibilidades viáveis da sua economia e os cidadãos do seu real poder de compra.*

A tudo isso, vem juntar-se uma corrupção ramificada e uma evasão fiscal egoísta que assumiram dimensões mundiais. A ambição do poder e do ter não

conhece limites. Neste sistema, que tende a fagocitar tudo para aumentar os benefícios, qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta (EG 56).

No discurso aos formadores de opinião, na cidade do Rio de Janeiro, em 2013, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude (JMJ), o Papa Francisco apontou os seguintes desafios a serem assumidos pelo conjunto da sociedade:

a) *a vida nos cobra responsabilidade social que assumimos pela política. Por conseguinte precisamos reabilitar a política, que é uma das formas mais altas da caridade;*

b) *a política deve evitar o elitismo da democracia representativa, muitas vezes fechada no mero equilíbrio de representação de interesses; deve incentivar cada vez mais e melhor a participação das pessoas com a finalidade de assegurar a todos dignidade, fraternidade e solidariedade;*

c) *participação e diálogo entre as diversas riquezas culturais fazem crescer o país. A única maneira para fazer avançar a vida dos povos é o diálogo e a cultura do encontro. Nesse diálogo, todos têm algo de bom para dar, e todos podem receber em troca algo de bom. Esse diálogo exige humildade social, que abre mão de exigências hegemônicas culturais e sociais.*

d) *as grandes tradições religiosas podem desempenhar um papel fundamental para a convivência harmoniosa de uma nação, já que a laicidade do Estado garante sua convivência pacífica.*

E para finalizar, uma palavra de desafiante encorajamento: *“Saíamos, saíamos para oferecer a todos a vida de Jesus Cristo! Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças. Não quero uma Igreja preocupada com ser o centro, e que acaba presa num emaranhado de obsessões e procedimentos”.* (EG 49).

Pe. Nelito Dornelas

Membro da Comissão para o Meio Ambiente da Província Eclesiástica de Mariana, ex-assessor da CNBB, filósofo e escritor.

PARTICIPAR DA POLÍTICA, UM DEVER DOS CRISTÃOS

Somos todos corresponsáveis pelo presente e o futuro de nosso país e sabemos que a mediação política é uma das formas mais sublimes para a consecução deste fim. Não negamos os muitos desafios a enfrentar como em relação a políticos presos, tão só, às suas próprias coisas e de seu grupo político partidário, dados a interesses escusos, a desmandos e corrupções. Políticos que, uma vez eleitos, colocam seus mandatos a serviço dos “lobos” do capital, privilegiando uns poucos em detrimento das imensas populações desassistidas em seus direitos, atingidas pela pobreza e a miséria, carecendo de políticas públicas de assistência, promoção e transformação social.

Vemos, de outra parte, um número gigantesco de pessoas pouco afeitas à participação política, sem a devida consciência de cidadania e da importância da militância político partidária. Situações como estas não podem nos desanimar, mas, ao contrário, devem nos estimular a “dar a volta por cima”. Reencantar a política é nossa missão! Com este propósito, chega às suas mãos esta Cartilha do Movimento Fé e Política, num momento especial em que celebramos 20 anos deste Movimento em nossa Arquidiocese e os 10 anos da Escola Fé e Política Dom Luciano Mendes.

Trazemos uma alegria incontida ao fazer memória desta história que registra muita luta, com seus frutos e seus desafios, no desejo de fazer da Política, direito e dever de cidadania, um serviço à vida e para a libertação integral de todos. Com a Escola Fé e Política Dom Luciano Mendes, a Arquidiocese de Mariana e o Movimento Fé e Política, em parceria, se propõem, sobretudo, a formar agentes e lideranças para a condução de agendas e inserção nas pastorais sociais e nos movimentos presentes na Arquidiocese.

Já o Movimento Fé e Política tem, em todos esses anos, fomentado a reflexão política, a vida espiritual e a militância daqueles que estão comprometidos com uma prática política e social, mormente ligados aos partidos e mandatos políticos. Ele, no território da Arquidiocese de Mariana, desenvolve, também, com muitos frutos, o Projeto “Desperta Cidadão”, que tem como tarefa preparar lideranças para ocuparem espaços nas câmaras e prefeituras municipais, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e na Câmara Federal, bem como acompanhar os mandatos políticos.

O Papa Francisco recorda-nos que *“uma fé autêntica, que nunca é cômoda, nem individualista, comporta sempre um desejo de mudar o mundo, trans-*

mitir valores, deixar a terra um pouco melhor depois de nossa passagem por ela” (EG 183).

É com esse olhar, à luz dos valores humanos e cristãos, que estamos assumindo, enquanto Movimento Fé e Política e nos desdobramentos do 7º Fórum Social Arquidiocesano pela Vida, esta proposta de “Reencantar a Política”, propondo-nos a:

- Avançar no compromisso para com a vida política e democrática no Brasil, investindo na formação da consciência cidadã do povo e de sua responsabilidade política;
- avançar na democracia participativa, comprometidos com a ética na política, voltada para os reais interesses da população, na defesa de seus direitos, sobretudo dos pobres e da vida em todas as manifestações e expressões;
- avançar no compromisso de formar, eleger e acompanhar políticos comprometidos com o bem comum, afinados com as grandes questões do povo, tais como em relação à superação da pobreza, a promoção de uma economia voltada para a criação de postos de trabalho e justa distribuição de renda, educação de qualidade para todos, saúde, moradia, saneamento básico, respeito à vida, combate às várias formas de violência, defesa dos trabalhadores, da agricultura familiar e do meio ambiente.

Contamos com você para, através da via política, fazermos juntos esse caminho de transformação social e construção da sociedade nova, sem males, do bem viver e do conviver.

“Reencantar a política, nossa missão!”.

Pe. Marcelo Moreira Santiago

Coordenador da Dimensão Sociopolítica da Arquidiocese de Mariana, membro da Comissão para o Meio Ambiente da Província Eclesiástica de Mariana.



MOVIMENTO FÉ E POLÍTICA

O Movimento Fé e Política (MFP) é o espaço de encontro de pessoas unidas pela Fé cristã, engajadas nas lutas populares, com o objetivo de alimentar a dimensão ética e espiritual que deve animar e alimentar permanentemente a atividade política.

Em sua essência, implica deixar-se animar pelo Espírito de vida na luta pela superação do capitalismo e construção de um sistema socioeconômico solidário e respeitoso da vida do Planeta, em todas as suas expressões e dimensões. O Movimento une Fé e Política na medida em que concebe a política como uma dimensão fundamental para a vivência da Fé e a Fé como horizonte da utopia política.

Ele tem como enfoque:

- Assumir a causa dos pobres, oprimidos e excluídos;
- priorizar a conscientização e organização popular;
- afirmar as classes populares como principal sujeito da própria história;
- comprometer-se com o exercício da cidadania ativa e na construção de uma sociedade socialista, democrática, plural e planetária.

O MFP anima cristãs e os cristãos que atuam em partidos políticos, sindicatos, associações, movimentos, cooperativas e outras organizações populares, em favor de um *“outro mundo possível”* onde, superada a sociedade de mercado, a Humanidade se reconcilie consigo mesma e com a Terra, aproximando-se assim da utopia do Reino de Deus.

UM POUCO DA NOSSA HISTÓRIA:

1988 - Dom Luciano assume o pastoreio na Arquidiocese de Mariana. As pastorais ganham um foco e se fortalecem, principalmente as pastorais sociais: Criança e Menor, Juventude e Operária.

1989 - Foi criado o Movimento Nacional Fé e Política.

1996 - A Campanha da Fraternidade daquele ano refletiu sobre o tema Fraternidade e Política com o lema: **“Justiça e Paz se abraçam”**. Em decorrência da Campanha, na Região Oeste é organizada a Equipe de Formação Política e Cidadania e na Região Leste o fortalecimento dos movimentos populares em especial o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens. A Pastoral da Juventude trabalha na Semana da Cidadania a importância do voto aos 16 anos e o DNJ (Dia Nacional da Juventude) com o lema: **“Eu quero ver o novo no poder”** com ampla campanha de incentivo ao lançamento de candidaturas jovens.

Setembro/2000 - Dia Nacional da Juventude realizado em Urucânia, ini-

cia uma discussão na Pastoral da Juventude de uma possível candidatura de liderança da Arquidiocese de Mariana à Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Dezembro/2000 - Reunião em Conselheiro Lafaiete com as pastorais sociais para discutir um projeto político com vistas às eleições de 2002. **Nascia** aqui o Movimento Fé e Política da Arquidiocese de Mariana.

2000 - Em processo de sua constituição e organização, dentre as primeiras iniciativas contribuiu nas eleições de 2000, em vários lugares, dentre as quais a de padre Rogério vereador, em Ouro Branco e padre João do Carmo, prefeito em Acaiaca.

Fevereiro/2001 - Encontro com lideranças das cinco regiões pastorais para dar continuidade à proposta. Aqui são levantados 35 possíveis nomes de lideranças para uma candidatura a deputado estadual.

Junho /2001 - Encontro em Mariana para definição do nome. Neste encontro resolveu abraçar a candidatura a deputado estadual e federal e os nomes escolhidos foram de Padre João para deputado estadual e César Medeiros para deputado federal.

Setembro/2001 - 1º Fórum Social pela Vida da Arquidiocese de Mariana, realizado em Ouro Branco. Durante o Fórum, foi realizado o lançamento do Movimento Fé e Política.

2002 - O Movimento Fé e Política propõe a organização do Projeto Desperta Cidadão com a finalidade de trabalhar mais livremente a campanha, enquanto o Movimento trabalhava mais a linha da formação e conscientização.

Outubro/2002 - Elegemos Padre João deputado estadual e César Medeiros deputado federal. Ambos se comprometem com os critérios estabelecidos e organizam seus mandatos coletivos e participativos.

2006 - César Medeiros, apesar de um crescimento eleitoral não foi reeleito e reelegemos Padre João Deputado Estadual

2010 - Diante da conjuntura, houve a inversão da candidatura onde César sai candidato a Deputado Estadual (mas não se elegeu) e Padre João a Deputado Federal, foi eleito.

2011 - Criamos a Escola Fé e Política Dom Luciano.

2014 - Candidaturas de Padre João a deputado federal e para estadual Leleco Pimentel e Maria José. Novamente só elegemos Pe. João para deputado federal.

2015 - Em comemoração aos 15 anos do Movimento Fé e Política realizamos o 10º encontro do Movimento Fé e Política e avaliamos os projetos e os mandatos e decidimos reeditar o Projeto Desperta Cidadão.

Dezembro/2016 - Reunião do Movimento Fé e Política em Mariana e de-

cisão de reeditar o Projeto Desperta Cidadão com levantamento de 07 possíveis nomes.

Maio/2017 – 11º Encontro do Movimento Fé e Política em Mariana decisão de retornar com o Projeto Desperta Cidadão.

Setembro/2017 – 12º Encontro do Movimento Fé e Política em Mariana e reestruturação do Projeto Desperta Cidadão com a realização da Caravana Desperta Cidadão nas cinco regiões pastorais.

Novembro/2017 – Na assembleia do Projeto Desperta Cidadão a definição dos nomes que iriam disputar as eleições 2018: para deputado estadual, Leleco Pimentel e para deputado federal, Padre João.

2018 – Elegemos Padre João deputado federal e Leleco ficou na suplência para deputado estadual com quase 30 mil votos.

2019 – Ano dedicado ao planejamento e fortalecimento do projeto que tem como objetivo ampliar a atuação do projeto nos municípios tendo em vista as Eleições 2020.

PROJETO DESPERTA CIDADÃO

Projeto de incentivo à inserção político partidária, à indicação de candidaturas que representem um projeto político, democrático, coletivo e participativo, ferramenta para a construção da *Sociedade do Bem Viver* nos níveis: municipal, estadual e federal.

Acreditamos que é preciso ocupar os espaços de poder para transformá-lo em serviço aos mais necessitados, viabilizando as políticas públicas de defesa da vida e garantia de direitos. O acompanhamento dos mandatos eleitos como forma de fiscalizar e propiciar a vivência de mandatos coletivos e participativos e a participação cidadã.

Esse é o projeto de lideranças cristãs autênticas, que ousam sonhar outro mundo possível e que acreditam na força da organização para a transformação da sociedade; na educação popular como ferramenta de empoderamento do povo; na participação popular como forma de superar a democracia representativa; esse é o projeto popular necessário e urgente proposto pelo povo!

O Projeto tem como objetivo a participação popular e a sua construção a partir das bases.

Whelton Pimentel de Freitas (Leleco Pimentel)

Historiador, suplente de deputado na ALMG, assessor do Mandato Coletivo e Participativo Padre João e coordenador do Movimento Fé e Política na Arquidiocese de Mariana.

ESCOLA FÉ E POLÍTICA DOM LUCIANO

A Escola de Fé e Política Dom Luciano Mendes de Almeida foi idealizada, em parceria pelo Movimento Fé e Política e a Dimensão Sociopolítica da Arquidiocese de Mariana. Ela pretende ser um instrumento de formação permanente, capaz de interagir e possibilitar a formação para os agentes pastorais, militantes de movimentos populares, padres e jovens, no intuito de formar novos quadros para a condução das agendas e movimentos presentes na Arquidiocese de Mariana. Essa Escola foi inaugurada pelo Arcebispo Dom Geraldo Lyrio Rocha, em 2011 e, desde então, ela tem se consolidado como importante espaço de formação popular, unindo fé e cidadania.

OBJETIVOS DA ESCOLA

- Criar uma rede de militantes que seja fortalecida com ações integradas e articuladas;
- formar agentes multiplicadores para a educação popular;
- fortalecer os movimentos sociais e populares nas regiões e municípios da Arquidiocese de Mariana;
- intensificar a participação dos agentes nas pastorais sociais;
- contribuir com a formação de lideranças cristãs para as funções públicas, eletivas ou não, no campo da política e das organizações comunitárias;
- aprimorar a prática política dos cristãos no exercício da cidadania e do bem comum;
- investir na formação do sujeito evangelizador para torná-lo apto a influenciar na construção de uma nova cultura política.

CURSOS

1. FÉ E POLÍTICA

Este curso é realizado em 5 módulos, iniciando sempre na sexta-feira às 18 horas e encerrando no domingo às 13 horas.

Neste curso são exigidas 70% de participação ou seja é preciso frequentar no mínimo 04 módulos e ter 70% de aproveitamento. Entre as etapas são elaborados trabalhos sobre os temas estudados.

[Cada módulo tem uma taxa de participação no valor de R\\$ 50,00](#)

MÓDULO	TEMÁTICA	DATA
1º	<p>O POVO DE DEUS E A POLITICA</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Contextualização Histórica e Eclesial ● Fundamentação Bíblica e Teológica ● Atuação Ética dos Cristãos na Política ● Movimento Fé e Política ● Dimensão Sociopolítica da Arquidiocese de Mariana ● Espiritualidade na Militância 	20, 21 e 22 de Março

2º	<p>FÉ E COMPROMISSO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ensino Social da Igreja • Espiritualidade na Militância 	15, 16 e 17 de Maio
3º	<p>CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA GLOBAL E BRASILEIRA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contextualização da geopolítica mundial • Sistema Político Brasileiro • Instituições Políticas Brasileiras • Partidos Políticos, Representação e Sociedade • Espiritualidade na Militância 	03, 04 e 05 de Julho
4º	<p>CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação Social: aspectos teóricos – conceituais e trajetória no Brasil contemporâneo • Movimentos Sociais, ONGs, Terceiro Setor • Políticas Públicas • Conselhos Municipais de Direitos • Construção da Sociedade do Bem Viver 	06, 07 e 08 de novembro
5º	<p>CONTROLE SOCIAL E DEMOCRACIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Democracia • Mecanismos de controle, transparência e Fiscalização da Coisa Pública • Participação da Sociedade no Controle Social • Compreendendo o Orçamento Público • Mística na Militância 	11, 12 e 13 de Dezembro

2. SOCIEDADE DO BEM VIVER

Este curso é de apenas 1 final de semana com 15 horas aula.

[Taxa de participação de R\\$ 50.00](#)

MÓDULO	TEMÁTICA	DATA
1º	<p>SOCIEDADE DO BEM VIVER</p> <ul style="list-style-type: none"> • Laudato Si • Ecologia Integral • Economia Solidária 	20, 21 e 22 de Março

3. POLÍTICA E SOCIEDADE

Este curso será realizado em 2 módulos, com 30 horas aula.

[Cada módulo tem uma taxa de participação no valor de R\\$ 50.00](#)

MÓDULO	TEMÁTICA	DATA
1º	<p>POLÍTICA E SOCIEDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teoria Política • Formação do Pensamento Político Brasileiro • Sistemas Políticos e Eleitorais 	15, 16 e 17 de Maio
2º	<p>POLÍTICA E SOCIEDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pensadores Políticos Clássicos • Pensadores Políticos Modernos • Teoria Política Moderna e Contemporânea 	03, 04 e 05 de Julho

4. ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Este curso será realizado em 2 módulos, com 30 horas aula.

[Cada módulo tem uma taxa de participação no valor de R\\$ 50.00](#)

MÓDULO	TEMÁTICA	DATA
1º	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL • Marco Regulatório da Sociedade Civil - MROSC	06, 07 e 08 de novembro
2º	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL • Elaboração de Projetos	11, 12 e 13 de Dezembro

INFORMAÇÕES

Os cursos acontecerão todos na Casa São José, situada à Rua Efigênio Lopes Miranda, nº 250, Distrito de São José do Triunfo, em Viçosa MG.

As inscrições serão feitas através do e-mail: escoladomluciano@hotmail.com ou pelo Whatsapp (31) 99994-1369 com Silene Gonçalves.

Taxa de Inscrição de R\$ 20,00 que deverá ser depositada na seguinte conta: Caixa Econômica Federal

Agência 0127

Operação 013

Conta Poupança: 00123321-4

Silene Gonçalves da Silva

Período de Inscrição: 1º de janeiro de 2020 a 1º de março de 2020.

Contatos:

movfeepolitica@gmail.com

projetodespertacidadao@gmail.com

escoladomluciano@hotmail.com



ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Estratégia, marketing e tática eleitoral - De olho no voto

Pensar numa disputa eleitoral, seja ela para qualquer cargo, é como pensar na construção de uma importante obra. Antes, é preciso colocar no papel o projeto e planejar tudo: material, mão de obra, o prazo e o custo total.

A eleição é assim: sem planejamento dificilmente se chega a algum lugar e quando chega será com desgaste, perda de tempo, despesas desnecessárias, etc.

O primeiro passo num projeto político seria convencer familiares e amigos da sua importância e necessidade. Um projeto desta magnitude não pode ser individual. Como nenhum pai constrói uma casa para si só, ninguém é candidato para si mesmo, mas para representar um povo.

A eleição é uma disputa que envolve poder, bons salários, muitos benefícios, faz do eleito autoridade, e por isso a disputa é dura.

Muitas pessoas são candidatas porque entendem a política como espaço de fazer o bem aos outros. Todos os seus benefícios são voltados para o serviço à comunidade. Todavia, outros veem a política como local de enriquecimento e benefícios para o seu grupinho de amigos.

Daí dá para se dizer que uma campanha eleitoral não é um simples jogo de parceiros, mas uma guerra de inimigos, onde o candidato que busca o poder pelo poder é capaz de tudo para garantir a vitória.

É para este campo que precisamos nos preparar, não com as armas mortais do ódio, da corrupção, das mentiras ou *fake news*. Nossas armas devem, ao contrário, ser de conhecimento, de participação popular, de projetos que agradem ao povo e, que sejam defendidos com estratégias e táticas, pautadas nos princípios éticos e morais.

Estratégia eleitoral é um plano de operação para propagar a campanha com eficiência, e especificidade, visando mostrar aos eleitores que o seu projeto político é melhor do que de seus adversários. É um plano de defesa das propostas e ao mesmo tempo para atacar ou contrapor as ideias de seus oponentes. Um plano montado a partir de debates e estudos, para colocar em ação todas as premissas necessárias ao alcance de seus objetivos.

Entretanto, para uma boa execução das estratégias depende da aplicação correta das táticas eleitorais. Ou seja, as formas, manobras ou o modo como deve operar o plano. Exemplificando: estratégias é ter as cartas em mãos e a

tática é saber a hora certa de jogá-las.

Num planejamento, para uma campanha política bem sucedida, não se pode abrir mão do marketing eleitoral. Ele é um instrumento tático fundamental na campanha, isto é, trabalhar a imagem do candidato e seus projetos, sob a ótica do eleitor. O marketing deve ser o reflexo do pensamento, ou o desejo e a vontade do eleitorado.

Contudo, para se trabalhar bem todos estes elementos é preciso planejar. É no planejamento estratégico, elaborado com os mentores de sua candidatura e principais apoiadores que a campanha será organizada sob todos seus aspectos: infraestrutura, coordenação, equipe de comunicação, jurídica e contábil, tipo de material e quais ações precisam para contrapor seus principais adversários ou concorrentes. Ainda, traçar metas que o levam a reunir o maior número de apoiadores e votos. É o planejamento de campanha, que dá o ritmo, orienta o seu rumo, com as estratégias próprias de distribuição de material, tipo de propaganda, agendas do candidato, organização de equipes de panfletagem e de trabalhos internos, como a prestação de contas. Aliás, a prestação de contas é fundamental numa campanha. Há candidato que ganha a eleição e não toma posse por falta de prestação de contas. Prestar contas à Justiça Eleitoral de todos os recursos que entraram e como foram gastos na campanha, mediante notas fiscais e outros documentos.

Não basta na campanha estar apenas de olho no voto, é necessário também estar de olho na lei eleitoral. E para cada eleição há regras novas. E este papel não é do candidato, que deve sim correr atrás do voto, se preparar para os debates, entrevistas e disposição para cumprir as agendas de campanha etc. Porém, deve montar uma coordenação de sua confiança, ter uma boa equipe formada de advogado, contador, finanças, jornalista e designer gráfico.

Todavia, para uma campanha bem planejada, organizada e estruturada, vai depender de seu alicerce, o que chamamos de pré-campanha. É a base para construção do projeto. Período para estreitar laços e firmar compromissos com as lideranças de movimentos sociais, sindicais, igrejas, etc. Período para construir as plataformas de ação e buscar apoios dos formadores de opinião. São eles os pilares da campanha. Como se faz na construção civil, primeiro levantam-se as pilastras para entre elas tecerem os tijolos. Durante a campanha não dá tempo mais para construir apoio com lideranças, aliás, elas já estão comprometidas. Este período é para massificar a campanha na rua, com o eleitorado. São eles, os tijolinhos, que vão mostrar o corpo da campanha.

Portanto, é imprescindível um bom planejamento da pré-campanha, para trabalhar todas as ações e metas necessárias, dividir as tarefas, formas de comprometimento das pessoas. Elas passam a se sentir parte do processo. Claro, para este momento, devem ser convidadas somente lideranças que já estão envolvidas no projeto.

Alguns passos importantes no planejamento: Identificar o grupo, pois, é ele que vai dar gás ao processo; definir o objetivo do grupo; levantar os principais fatores e atores sociais que favorecem o objetivo traçado e os que o desfavorecem. Com estes elementos é hora de estabelecer algumas metas ou ações para maximizarem os pontos favoráveis e minimizarem os desfavoráveis; não se esquecer de estipular os prazos e de denominar os responsáveis pela execução de cada ação; nomear uma coordenação para acompanhar o andamento do planejamento (GTE).

Conhecemos a realidade de nossos líderes, ninguém é doutor em marketing nem estrategista político, nem nós. Mas é importante ler, participar de encontros de formação, adquirir experiências e aplicar as práticas de nossa vida na política. Podemos até não saber o que é *estratégia*, *tática* e *marketing político*, mas usamos estes mecanismos todos diariamente, quando vamos namorar, participar de uma festa de casamento, jogar um baralho, uma partida de futebol, mesmo incentivar o filho a estudar. Na política é assim, não precisa inventar nada. É como um vendedor que sabe o que você precisa e conhece bem o produto que tem para lhe oferecer.

A cultura de nosso povo não é de discutir política, muitos nem sabem que é ano eleitoral. Só vão saber quando o horário de sua novela for alterado, por causa da propaganda eleitoral. Entretanto, quando estiver mais próximo ao dia da eleição começam a se interessar e querem saber quais são os candidatos. Nesta hora, quem estiver com melhor fôlego e mais estruturado leva os votos.

Toda campanha deve ter início, meio e fim. Não existe eleição ganha antes da apuração, nem derrota antecipada. É preciso armazenar energias para dar maior intensidade e visibilidade na reta final.

É bom saber que existem três tipos de eleitores: o *eleitor cristalizado*, este não muda o voto, é imutável; o *eleitor flutuante*, oscila o tempo todo, até na boca de urna é possível pegar o seu voto; e o *eleitor retardatário*, este decide na última semana. O candidato inteligente não se preocupa com os votos cristalizados, porém, procura convencer os indecisos e indiferentes à política.

Na campanha a disputa é grande, há muitos candidatos para poucas vagas. O que leva o eleitor a escolher um em detrimento de outro não é o caminho, mas o jeito de caminhar. A diferença está na maneira como o eleitor o vê. Se suas propostas são coerentes com sua história, e, se seus projetos são compatíveis com o cargo em disputa e, ainda, se sua candidatura de fato é fruto de um anseio social e coletivo.

Em nosso tempo, não há mais espaço para campanhas amadoras. O eleitor que no dia a dia acompanha o mundo político torna-se formador de opinião e não vota em candidato que não defende a sua classe; participa intensamente do processo eleitoral e dos debates nas igrejas, escolas e nos centros comunitários, porque quer conhecer não só as suas propostas, mas a sua capacidade para executá-las. Candidato que não se preparar ou fugir destes espaços perde oportunidades.

Ingenuidade não é sinônimo de simplicidade. Ser profissional é saber conversar com o eleitor, ter visão da política no país, no Estado e no seu município. Conhecer o orçamento municipal, fundo de participação e arrecadação própria; conhecer suas principais necessidades e a realidade de seu povo.

Campanha bem organizada impressiona seus apoiadores, o seu partido e até os adversários. A tendência deste tipo de campanha é crescer em ritmo de vitória.

Uma candidatura de vereador (a), por exemplo, deve focar sua campanha onde é conhecido, aí está a concentração dos seus votos. Até porque cada comunidade quer eleger o seu vereador.

Hoje se fala muito em campanha através da rede social. É muito importante mesmo usar todos os meios possíveis e se preparar para isso. Contudo, o candidato que deseja mesmo ganhar a eleição não abandona o tradicional jeito de fazer campanha, com material impresso, expondo a sua história e propostas, nem abandonaria as visitas nas casas, o corpo a corpo com o eleitor. O povo pode criticar, mas gosta que o candidato o procure e pegue em sua mão, sobretudo em municípios pequenos. Sabe por quê?

Porque o ato de fazer campanha é um pacto do candidato com o eleitor. Um compromisso que o candidato assume. E ninguém vota de graça. Por isso, o eleitor quer que você peça-lhe o voto, para depois cobrar o que prometeu. Aqui estamos falando de políticas públicas para a comunidade e não de benefícios próprios ou individuais. Candidato deve ser humilde, sem vergonha, olhar no

olho e pedir o voto para a todos. Não existe mais o voto cabresto. Peça aos pais de família e aos seus filhos, ao patrão e seus funcionários.

Lembre-se que não está disputando sozinho uma eleição. Os concorrentes da chapa proporcional não são adversários. É preciso do quociente eleitoral para se eleger.

É importante numa campanha trabalhar uma meta de votos necessários para se eleger, com base no eleitorado e resultados das eleições anteriores. Importante também medir a possibilidade de votação dos membros de sua chapa. A estimativa de votos é um termômetro para durante a campanha, verificar suas possibilidades. Sempre que possível, é bom trabalhar pesquisas, ainda que informal, fazendo enquete com as pessoas, nos bairros, nas padarias, escolas, para verificar onde e como deve intensificar a campanha.

QUADRO A TÍTULO DE EXEMPLO.

Se a eleição fosse hoje quantos votos eu teria para vereador

Data: / / _____

Bairros	Visão otimista	Visão realista	Visão pessimista	Principais apoiadores
xxxx				
yyy				
Total				

Quantos votos meus principais concorrentes de chapas teriam se a eleição fosse hoje

Data: / / _____

Candidatos	Visão otimista	Visão realista	Visão pessimista
Nonono			
Nonono			
Total			

Geraldo Macêdo

Assessor do Mandato Coletivo e Participativo deputado federal Padre João

ELEIÇÕES 2020 – ORIENTAÇÕES

Em 2020 não haverá coligação para a Eleição Proporcional (Vereadores) e poderá ter coligação na Eleição Majoritária (Prefeito e vice).

As convenções partidárias ocorrerão entre os dias 20 de julho e 05 de agosto e poderão ser realizadas gratuitamente em órgãos públicos, desde que comunicado por escrito ao responsável pelo órgão que respeitará a ordem de protocolo de comunicações.

Todo o processo de registro de candidaturas será realizado pelo Sistema de Candidaturas - CANDEX, inclusive a ata da convenção que deverá ser escrita em livro próprio e digitada no Módulo /externo do CANDEX e encaminhada até o dia seguinte ao da convenção pela internet ou por meio físico ao Cartório Eleitoral. O processo de registro das candidaturas é de responsabilidade do Partido Político. Para concorrer às eleições, o (a) candidato (a) deve ter domicílio eleitoral no município que irá se candidatar e estar filiado ao partido político, em ambos os casos, com 06 meses antes do pleito.

Cada partido político poderá registrar candidatos no total de 150% (cento e cinquenta) por cento do número de lugares a preencher.

É obrigatório o preenchimento de no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de gênero.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O REGISTRO:

- Formulário RCC preenchido e anexado no CANDEX;
- relação atual de bens;
- fotografia recente do (a) candidato (a) (dimensões: 161 x 225 pixels (LxA), sem moldura; frontal e colorida);
- certidões criminais para fins eleitorais fornecidas pela Justiça Federal de 1º e 2º grau, pela Justiça Estadual de 1º e 2º grau, pelos tribunais competentes, quando os candidatos gozarem de foro por prerrogativa de função;
- prova de alfabetização (diploma ou declaração da escola);
- prova de desincompatibilização, quando for o caso;
- cópia de documento oficial de identificação;
- propostas defendidas por candidato a prefeito (Plano de Gover-

no).

Uma vez registrados, no prazo máximo de 15 de agosto, a campanha iniciará no dia 16 de agosto, porém o (a) candidato (a) só poderá efetuar qualquer despesa quando estiver de posse do CNPJ e realizar a abertura da Conta Bancária. O limite de gastos será o equivalente às eleições de 2016 atualizados pelo INPC. Estes valores serão disponibilizados pelo TSE. Muita atenção, pois gastar além do limite estabelecido gera uma multa de 100% do valor ultrapassado e deve ser recolhido no prazo de cinco dias úteis contados da intimação. Para qualquer arrecadação – doação em dinheiro ou estimável deve ser preenchido os recibos eleitorais. E toda movimentação financeira tem obrigatoriamente que passar pela Conta Bancária. É obrigatória a abertura das seguintes contas pelos candidatos e partidos políticos:

1. Conta Bancária exclusiva para campanha (outros recursos)
2. Conta Bancária do Fundo Partidário
3. Conta Bancária para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEPC)

As Contas Bancárias devem ser abertas no prazo de 10 dias contados da concessão do CNPJ e a instituição bancária tem o prazo de até 03 dias para abrir a conta. Não há obrigatoriedade de abrir conta bancária apenas para os candidatos onde não haja no município agência ou posto de atendimento bancário. Os partidos que ainda não abriram as suas contas deverão abrir até o dia 15 de agosto de 2020.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A ABERTURA DE CONTA:

- RAC – Requerimento de Abertura de Conta Bancária (site do TSE)
- CNPJ (WWW.receita.fazenda.gov.br)
- documentos pessoais do (a) candidato (a) (CPF, RG, comprovante de endereço);

Fundo Especial de Campanha (FEFC) – O TSE repassará o valor para os

partidos em nível nacional que distribuirá de acordo com os seus critérios internos. Os partidos deverão destinar 30 % do recurso do FEFC para as candidaturas de mulheres. Havendo um percentual maior de mulheres o repasse deverá ser na mesma proporção.

Somente pessoas físicas poderão fazer doações na campanha, respeitando o limite de 10% do valor da renda bruta declarada no Imposto de Renda, do ano anterior. Todas as doações financeiras deverão ser identificadas. Os depósitos não identificados não poderão ser usados, devendo ser lançados como recurso não identificado e recolhidos para a Justiça Eleitoral.

O (a) candidato(a) poderá doar recursos para a sua própria campanha limitada em 10% do limite de gastos previstos para a campanha. Este limite não se aplica para os bens estimáveis em dinheiro desde que o valor estimado não ultrapasse R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). As doações financeiras (mesmo as do próprio candidato) acima de R\$ 1.064,10 (mil e sessenta e quatro reais e dez centavos) só poderão ser realizadas por transferência bancária.

Doações de bens e serviços estimáveis em dinheiro somente se o doador for o proprietário do bem ou o responsável direto pela prestação de serviços. Os serviços de contabilidade e advocatícios, mesmo que exercidos por pessoas físicas, não constituem doações e são obrigatórios os serviços destes profissionais na prestação de contas. É vedado a partidos políticos e a candidatos receber de forma direta ou indireta qualquer doação de:

- Pessoas Jurídicas (empresas);
- origem estrangeira (procedência do recurso);
- pessoa física permissionária de serviço público exceto os recursos próprios do (a) candidato (a).

É permitido o Financiamento coletivo - Vaquinha - a partir do dia 15 de maio, porém a liberação do recurso por meio da instituição arrecadadora só acontece após o registro da candidatura e abertura da conta bancária. A instituição arrecadadora é responsável de informar ao TSE todas as doações recebidas. Não necessitando assim ao(a) candidato(a) de informar em 72 horas e nem de emitir os recibos eleitorais, pois a instituição irá encaminhar para o e-mail do doador o recibo da sua doação. Porém todas as doações serão lançadas indivi-

dualmente na Prestação de Contas conforme relatório disponibilizado pela instituição arrecadadora. Caso a candidatura não se consolidar, todas as doações serão restituídas aos doadores.

Não são considerados gastos eleitorais e não se sujeitam à prestação de contas e não podem ser pagas com recursos da campanha as seguintes despesas de natureza pessoal do (a) candidato (a):

- Combustível e manutenção do veículo usado pelo(a) candidato(a);
- alimentação e hospedagem própria;
- uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa

física.

Todo material de Campanha impresso deverá conter o CNPJ do(a) candidato(a), o CNPJ ou CPF do responsável pela confecção e a respectiva tiragem. Data limite para efetuar despesas é até o dia da eleição quando todos os recibos e notas fiscais têm que ser emitidos. Podendo, ainda, haver arrecadação exclusivamente para pagar despesas já contraídas e que ainda não foram pagas. E todas as despesas têm que ser pagas até o dia da entrega final da prestação de contas. A Prestação de Contas é obrigatória e de responsabilidade do(a) candidato(a). O (a) candidato(a) que renunciar à candidatura for substituído ou tiver o seu registro indeferido pela Justiça Eleitoral deve prestar contas mesmo não tendo realizado campanha.

PRINCIPAIS DATAS:

DATA	EVENTO
05 de março	Início do Prazo Janela Partidária – troca do partido - que vai até o dia 03/04
04 de abril	Último dia para filiação partidária para ser candidato
04 de maio	Último dia para regularização de Título Eleitoral, emissão, transferência e outros
15 de maio	Pré-candidatos poderão fazer arrecadação prévia de recursos na modalidade de financiamento coletivo - Vaquinha Eletrônica
20 de julho	Fica permitida a realização de convenções para escolha de coligações e candidatos a prefeito, vice-prefeito e a vereador

05 de agosto	Último dia para as convenções destinadas à escolha das coligações e dos candidatos a prefeito, vice-prefeito e a vereador
15 de agosto	Último dia para partidos e coligações apresentarem à Justiça Eleitoral o requerimento de registro dos candidatos
16 de agosto	Data a partir da qual será permitida a propaganda eleitoral, inclusive na internet
28 de agosto	Início das propagandas gratuitas de rádio e TV
09 de setembro	Inicia o prazo para o envio da Prestação de Contas Parcial
13 de setembro	Último dia para o envio da Prestação de Contas Parcial
01 de outubro	Último dia para divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV relativa ao primeiro turno
	Último dia para a realização de debate no rádio e na TV
02 de outubro	Último dia para divulgação de propaganda política em jornal e internet
03 de outubro	Último dia para utilizar carros de som e alto-falantes para propaganda de candidatos. Também é o último dia para distribuição de santinhos e outros materiais gráficos e também para fazer caminhadas e carreatas a favor de candidatos.
04 de outubro	Dia das Eleições - 1º turno
04 de novembro	Último dia para o envio da Prestação de Contas Final

PROPAGANDA – O QUE PODE E O QUE NÃO PODE

O QUE NÃO PODE:

- Outdoor
- Bonecos
- Placas
- Carro de som
- Faixas
- Showmício
- Banner
- Brindes
- Pintura de muros
- Camisas
- Cavaletes
- Bonés

O QUE PODE:

- ✓ Material impresso (Santinho, santão, folder, jornal tablóide)
- ✓ Internet (WhatsApp, Facebook, Twitter, Instagram, PodCast, blogs, YouTube) inclusive o impulsionamento
- ✓ Bandeiras
- ✓ Adesivos de paracheque
- ✓ Citrus no tamanho do vidro traseiro, desde que material microperfurado
- ✓ Adesivo autocolante ou cartaz de papel desde que não ultrapasse meio metro quadrado.
- ✓ Usar em carreatas, caminhadas e passeatas ou durante reuniões e comícios alto-falantes, amplificadores, carros de som e minitrios entre 8h e 22h, desde que estejam a, no mínimo, 200 metros de distância de repartições públicas, hospitais, escolas, bibliotecas, igrejas e teatros.
- ✓ Comícios - Entre 8h e 24h, inclusive com uso de trios elétricos em local fixo, que poderão tocar somente jingle de campanha e emitir discursos políticos;
- ✓ Pagar por até 10 anúncios em jornal ou revista, em tamanho limitado e em datas diversas, desde que informe, na própria publicidade, o valor pago pela inserção.

Mais informações no site do TSE: www.tse.jus.br



Silene Gonçalves da Silva

Bacharel em Ciências Contábeis / Administração Pública, coordenadora da Escola de Fé e Política Dom Luciano, assessora dos mandatos do vereador Chico Paulo em Conselheiro Lafaiete e do deputado federal Padre João.

(31) 9 9994-1369

E-mail: silene131@hotmail.com

Movimento Fé e Política

Carta de Princípios

Existem no Brasil inúmeros grupos de pessoas que, inspiradas na mensagem evangélica, atuam em movimentos populares, sindicatos, partidos políticos e outros espaços de organização social. Algumas dessas pessoas se reúnem em grupos informais de reflexão, celebração e aprofundamento. A maioria, porém, se sente isolada e necessita de meios de reflexão para a sua prática. É nesse contexto que atua o Movimento Fé e Política.

O Movimento Fé e Política é ecumênico, não confessional e não partidário. Está aberto a todas as pessoas que consideram a política uma dimensão fundamental da vivência de sua fé, e a fé o horizonte de sua utopia política. Voltando para a construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo neoliberal, o Movimento tem o objetivo de fomentar a reflexão política, a vida espiritual e a subjetividade daqueles que estão comprometidos com uma prática política e social. Os participantes do Movimento Fé e Política atuam em movimento sociais, organizações populares ou partidos políticos; assumem a causa dos pobres, dos oprimidos e dos excluídos; conferem prioridade a conscientização e organização popular; recusam a manipulação das bases; afirmam as classes populares como principal sujeito da própria história; rejeitam todos os valores calcados no individualismo e na absolutização do mercado e reafirmam, como valores fundamentais para o ser humano, a solidariedade, a cooperação e o direito de todos à vida em plenitude. Comprometem-se com o exercício da cidadania ativa e a construção de uma sociedade socialista, democrática, plural e planetária.

O Movimento Fé e Política pretende ser um serviço de formação e informação sobre questões de política, cultura, ecologia, ética e espiritualidade. Ele pretende reforçar e estimular a experiência dos grupos de reflexão, celebração e aprofundamento.

Itatiaia/RJ, 03 de outubro de 1999
Vigília da Festa de São Francisco